

Assinatura:	
CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL	
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 378/2019, em _____ de _____ de 2019.	
Nome: _____	RG/ CPF: _____
Assinatura: _____	
ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL	
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 378/2019	Edimar Batista Fiscal de Tributos Matrícula: 1041-3 Assinatura:
Fluxo: 1ª via – Contribuinte; 2ª via – Fisco Municipal.	

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO Secretaria Municipal de Fazenda Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – F Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000		NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 391/2019
DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A):		
NOME:	ANA CAROLINA FERREIRA GOMES	
ENDEREÇO:	RUA VEREADOR BOLIVAR RAMOS GOULART, 1399	
BAIRRO:	NOSSA SENHORA DE FATIMA	MUNICÍPIO: MONTE CARMELO ESTADO: MG
TELEFONE:	E-MAIL:	
CNPJ/CPF:	094.839.416-10	QUADRA: 921 LOTE: 13-A
INSCR./ESTAB.:	16127	ENDEREÇO DO IMÓVEL: RUA JOSE SOARES, 1185, B. NOSSA SRA.DE FATIMA
HISTÓRICO		
<p>O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(s) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/IMG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.</p> <p>Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure a Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, no horário das 13:30hs às 17:00hs.</p>		

LOCAL E DATA	
Monte Carmelo – Minas Gerais, 23 de abril de 2019.	
IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA	
Nome:	Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso
Cargo:	Especialista Tributário / 438.968
Assinatura:	
CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL	
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 391/2019, em _____ de _____ de 2019.	
Nome:	RG/ CPF: _____
Assinatura: _____	
ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL	
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 391/2019	Edimar Batista Fiscal de Tributos Matrícula: 1041-3 Assinatura:
Fluxo: 1ª via – Contribuinte; 2ª via – Fisco Municipal.	

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO Secretaria Municipal de Fazenda Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – F Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000		NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 392/2019
DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A):		
NOME:	ANA CAROLINA FERREIRA GOMES	
ENDEREÇO:	RUA VEREADOR BOLIVAR RAMOS GOULART, 1399	
BAIRRO:	NOSSA SENHORA DE FATIMA	MUNICÍPIO: MONTE CARMELO ESTADO: MG
TELEFONE:	E-MAIL:	
CNPJ/CPF:	094.839.416-10	QUADRA: 967 LOTE: 12
INSCR./ESTAB.:	13142	ENDEREÇO DO IMÓVEL: RUA CEL. VIRGILIO ROSA, 794, B. BELO HORIZONTE
HISTÓRICO		
<p>O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(s) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/IMG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.</p> <p>Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure a Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, no horário das 13:30hs às 17:00hs.</p>		

LOCAL E DATA	
Monte Carmelo – Minas Gerais, 23 de abril de 2019.	
IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA	
Nome:	Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso
Cargo:	Especialista Tributário / 438.968
Assinatura:	
CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL	
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 392/2019, em _____ de _____ de 2019.	
Nome:	RG/ CPF: _____
Assinatura: _____	
ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL	
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 392/2019	Edimar Batista Fiscal de Tributos Matrícula: 1041-3 Assinatura:
Fluxo: 1ª via – Contribuinte; 2ª via – Fisco Municipal.	

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br



Órgão Oficial do Município

Dia 26 de Abril de 2019

Lei nº 661 de 09 de abril de 2007

Ano XIII

Nº 1645



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOAS - Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993
Lei Municipal N.º 016/97 de 14 de março de 1997 e
N.º 030/97, de 28 de abril de 1997

RESOLUÇÃO CMAS Nº 03 DE 22 DE ABRIL DE 2019.

“DISPÕE SOBRE O PROCESSO ELEITORAL DA REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO, PARA COMPOR A GESTÃO 2019-2021”.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE MONTE CARMELO, no uso da competência que é conferida pela Lei Municipal nº 1473 de 22 de agosto de 2018,

CONSIDERANDO a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1473 de 22 de agosto de 2018 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Caderno de Orientações do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS que dispõe sobre o Processo Eleitoral dos (as) representantes da Sociedade Civil nos Conselhos de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução 237 de 14 de dezembro de 2006 do CNAS, que define as diretrizes para estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução 16 de 05 de maio de 2010 do CNAS, que Define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 6, de 21 de maio de 2015, que regulamenta entendimento acerca dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 11 de 23 de setembro de 2015 do Conselho Nacional de Assistência Social, que caracteriza os usuários, seus direitos e sua participação na Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social e revoga a Resolução nº 24 de 16 de fevereiro de 2006;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer regras e critérios do processo eleitoral para a representação da sociedade civil organizada na Gestão 2019-2021, em Assembleia especialmente convocada para este fim, por meio de edital publicado no Diário Oficial, sob a fiscalização do Ministério Público Municipal.

§1º. A Assembleia de que trata o caput realizar-se-á em Monte Carmelo, no dia 13.05.2019, das 08:30 às 11:00 h, na Praça Celso Bueno, nº 24, Bairro Centro, neste Município de Monte Carmelo.

§2º. O Ato de Homologação, contendo a relação de representantes ou organizações de usuários, das entidades e os trabalhadores da Área da Assistência Social habilitados para participar do processo eleitoral, para compor a Gestão CMAS 2019-2021, será publicado no Diário Oficial até o dia 29.04.2019.

§3º. O CMAS convidará o Ministério Público Municipal para fiscalizar o pleito, conforme disposto na Lei Municipal 1473/2018.

§4º. Os representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações dos trabalhadores da Área de Assistência Social serão doravante denominados segmentos de representação da sociedade civil.

Art. 2º. Conforme prevê a Lei Municipal nº 1473/2018, o CMAS é composto por 14 (quatorze) membros titulares e 14 (quatorze) membros suplentes, respeitada a paridade entre representantes governamentais e da sociedade civil organizada.

I – Representantes Governamentais:

- 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social;
- 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria Municipal da Saúde;
- 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria Municipal da Fazenda;
- 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Controladoria Geral do Município;
- 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria da Educação e Cultura;
- 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Procuradoria Geral do Município;
- 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo.

II - Representantes da Sociedade Civil Organizada, assim especificada:

- 03 (três) Representantes dos Usuários ou de Organizações de Usuários e seus respectivos suplentes;
- 02 (dois) Representantes das Entidades da Assistência Social e seus respectivos suplentes;
- 02 (dois) Representantes dos Trabalhadores do Setor da Assistência Social;

§1º - Para cada titular deverá ser indicado um suplente que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social.

DIÁRIO OFICIAL DO
MUNICÍPIO

§2º - Os conselheiros representantes do Poder Público serão escolhidos e nomeados pelo Prefeito Municipal, dentre os servidores públicos municipais, vinculados a cada uma das secretarias elencadas no inciso I, alíneas “a” a “g”, e que detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública (art. 12 da Resolução 237/2006).

§3º – Os servidores públicos em cargo de confiança ou direção na esfera pública, não podem representar quaisquer segmentos da sociedade civil que não o do Poder Público junto ao CMAS (art. 7º da Resolução 237/2006).

§4º - Os conselheiros candidatos a cargo eletivo devem se afastar de sua função junto ao Conselho até a decisão do pleito.

§5º - A titularidade da representação da sociedade civil e respectiva suplência serão exercidas pelas entidades com o maior número de votos obtidos em cada um dos segmentos das representações de que trata este artigo, reunidas em assembleia convocada pelo presidente do CMAS, mediante edital publicado na imprensa ou no átrio da Prefeitura, e amplamente divulgado no Município.

§6º - Somente é admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§7º- A eleição da sociedade civil ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público (art. 11 da Resolução 237/2006 do CNAS).

§8º – É vedada a participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário no CMAS, devido à incompatibilidade de poderes (art. 6º, Resolução 237/2006 do CNAS).

Art. 3º. Conforme prevê os artigos 17 e 18 da Lei 1473/2018, o mandato dos conselheiros observará:

- O mandato dos conselheiros representantes governamentais junto ao Conselho Municipal de Assistência Social será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, mediante ato designatório da autoridade competente.
- O mandato dos conselheiros representantes da sociedade civil organizada junto ao Conselho Municipal de Assistência Social será de 02 (dois) anos, vedada à prorrogação de mandatos e a recondução automática, permitida uma recondução, desde que, haja nova eleição.

Art. 4º. A Comissão Eleitoral, instituída pelo CMAS, em reunião plenária, com objetivo de coordenar o processo de habilitação dos segmentos de representação da sociedade civil, habilitados a designar candidatos, bem como os postulantes a eleitores ou candidatos/eleitores.

§1º. A Comissão será composta por Conselheiros Municipais, sendo exclusivamente da sociedade civil e terá apoio da Secretaria Executiva do CMAS.

§2º. Os membros da Comissão Eleitoral, na qualidade de pessoa física, ficam impedidos de concorrer ao pleito.

§3º. A Comissão Eleitoral coordenará o processo eleitoral até a instalação da Assembleia de Eleição e elegerá, entre seus pares, 01 (um) Presidente; 01 (um) Vice-Presidente e 01 (uma) secretária;

Art. 5º. A Comissão Eleitoral terá as seguintes atribuições:

- Elaboração da minuta do edital que dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no CMAS, providenciando sua publicação;
- Verificar e analisar a documentação dos segmentos de representação da sociedade civil postulantes à habilitação e emitir parecer;
- Habilitar os segmentos de representação da sociedade civil, postulantes à habilitação para designar candidato à pessoa física e seu suplente;
- Divulgar a relação dos segmentos de representação da sociedade civil, habilitados e não habilitados ao processo de eleição, a designar candidato e seu suplente;
- Analisar e julgar os pedidos de recurso;
- Divulgar as decisões sobre os recursos apresentados pelos segmentos de representação da sociedade civil.

Art. 6º. Poderão participar do processo eleitoral, exclusivamente, os segmentos de representação da sociedade civil que atuam em âmbito municipal e que estiverem habilitados a designar candidato e suplente, observados os seguintes critérios:

- As entidades e organizações de assistência social devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo/MG na condição de entidade de assistência social, tendo por referência a Resolução do CNAS nº 16 de 05 de maio de 2010;
- Os representantes e organizações de usuários que congregam as pessoas destinatárias da Política de Assistência Social, de acordo com a Resolução CNAS nº. 11, de 23 de setembro de 2015.
- Os representantes dos trabalhadores da área de Assistência Social, em conformidade com a Resolução CNAS nº. 06, de 21 de maio de 2015.

§1º. Os segmentos de representação da sociedade civil deverão indicar o segmento a que pertencem para habilitação, observados seu estatuto e relatório de atividades, obedecendo às legislações e normas que regulamentam cada segmento, conforme os incisos do caput deste artigo.

§2º. Serão habilitados a designar candidato os segmentos de representação da sociedade civil de âmbito municipal, os quais designarão pessoa física e suplente.

§3º. É vedada a representação de mais de um segmento de representação da sociedade civil pelo mesmo representante na Assembleia de Eleição.

Art. 7º. Os segmentos de representação da sociedade civil postulantes a participar do processo eleitoral, na condição de candidatos serão exclusivamente os eleitores.

Art. 8º – Os critérios para a inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

- Executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
- Assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- Garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- Garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 9º - Os segmentos de representação da sociedade civil deverão apresentar os seguintes **documentos para habilitação da designação de candidatos:**

I **para as entidades de assistência social**, conforme previsto no inciso I, do art. 4º desta Resolução:

- Requerimento de habilitação, conforme Anexo I desta Resolução, devidamente assinado por seu representante legal e pelo candidato designado, indicando sua condição de habilitada a designar candidato e o seu seguimento;
- Formulário de designação da pessoa física a ser eleita, com a indicação de seu suplente, conforme o Anexo IV;
- Cópia simples de documento oficial com foto da pessoa física designada a ser eleita, e de seu suplente;
- Cópia simples da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
- Declaração de funcionamento, conforme Anexo II desta Resolução, assinado pelo representante legal da entidade ou organização, conforme modelo;
- Cópia simples do Estatuto Social ou ato constitutivo da entidade ou organização em vigor e registrado em cartório;
- Plano de ação / 2019;
- Cópia simples do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ atualizado;

II– **Para trabalhadores da Área de Assistência Social**, previstas no inciso III do art. 4º desta Resolução:

- Formulário de designação da pessoa física a ser eleita, com a indicação de seu suplente, conforme o Anexo IV;
- Cópia simples de documento oficial com foto da pessoa física a ser eleita e de seu suplente.
- Cópia do CPF.
- Cópia da identidade funcional / Registro no Conselho de classe.

III **Para os representantes e organizações dos usuários da assistência social**, prevista no inciso II do art. 4º dessa Resolução e conforme **Resolução CNAS nº 11, de 23 de setembro de 2015:**

§1º. Para os **representantes dos usuários:**

- Requerimento de habilitação, conforme Anexo I desta Resolução, devidamente assinado pelo representante legal e pelo candidato designado, no qual esteja indicada sua condição de habilitada a designar candidato e seu seguimento;
- Formulário de designação de pessoa física a ser eleita na Assembleia de Eleição, bem como a indicação de seu suplente, comprovando vinculação com este grupo, movimento ou fórum, conforme Anexo IV desta Resolução;
- Cópia simples de documento oficial com foto da pessoa física a ser eleita e de seu suplente.

Para **Organizações de Usuários:**

- requerimento de habilitação, conforme Anexo I desta Resolução, devidamente assinado pelo representante legal e pelo candidato designado, no qual esteja indicada sua condição de habilitada a designar candidato e seu seguimento;
- formulário de designação de pessoa física a ser eleita com a indicação de seu suplente, conforme Anexo IV desta Resolução;
- cópia simples de documento oficial com foto da pessoa física a ser eleita e de seu suplente;
- cópia simples da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
- declaração de funcionamento, conforme Anexo II desta Resolução, assinado pelo representante legal da entidade ou organização;
- cópia simples do Estatuto Social ou ato constitutivo da entidade ou organização em vigor e registrado em cartório;
- cópia simples do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ atualizado;

Art. 10º. Serão considerados como conselheiros titulares eleitos candidatos que obtiverem o maior número de votos, na ordem de classificação por segmento.

Art. 11º Em caso de vacância, será convocado para ocupar a vaga o candidato sequencialmente mais votado no processo eleitoral do seu segmento e, no caso de empate de votos, prevalecerá o candidato com mais idade.

Art. 12º O candidato que assumir a vaga completará o tempo remanescente do mandato do conselheiro que foi substituído.

Ficam definidos os seguintes prazos para deflagração do Processo de Eleição:

- Os pedidos de habilitação, contendo a documentação necessária para a habilitação, deverão ser protocolados diretamente no Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo, na Praça Celso Bueno, nº 24, Bairro Centro, neste Município de Monte Carmelo, entre os dias **24 e 25 de abril de 2019, das 8h às 11h e das 13h às 17h.**
- A Comissão Eleitoral analisará os pedidos de habilitação até o dia **26/04/2019** e publicará no Diário Oficial;
- O Ato de Homologação, contendo a relação dos representantes ou organizações de usuários, das entidades e dos trabalhadores da Área de Assistência Social habilitados para participar do processo eleitoral, para compor a Gestão CMAS 2019-2021, será publicado no Diário Oficial até o dia **29/04/2019**;
- Caberá recurso da decisão da Comissão Eleitoral que deverá ser encaminhado, até os dias **02 e 03 de maio**, na forma procedimental adotada para habilitação observada a data de protocolo;
- Cabe à Comissão Eleitoral julgar os recursos apresentados até o dia **06/05/2019**;
- O Ato de Homologação da relação de representantes dos segmentos de representação da sociedade civil habilitadas a designar candidato e eleitores para a participação no pleito deverá ser publicado pela Comissão Eleitoral **até o 08/05/2019**;
- A Assembleia de votação ocorrerá no dia **13/05/2019**, das 08:30 às 11:00 h, na Praça Celso Bueno, nº 24, Bairro Centro, neste Município de Monte Carmelo;
- A publicação no Diário Oficial do resultado da Eleição dos representantes da sociedade civil no CMAS se dará até o dia **15/05/2019**;
- Caberá recurso do resultado da Eleição dos representantes da sociedade civil os dias **17 e 20 de maio**;
- A Mesa Coordenadora da Assembleia de Eleição entregará à Presidência do CMAS a relação de eleitos dos segmentos de representação da sociedade civil, juntamente com seus respectivos representantes eleitos, titulares e suplentes, para publicação no Diário Oficial **até o dia 22 de maio de 2019**.
- Será publicada a nomeação dos Conselheiros por meio de Portaria Municipal até o dia **24/05/2019**;
- Os Conselheiros nomeados para Gestão 2019-2021 serão empossados no dia **31/05/2019**.

Art. 13º O voto será secreto e nominal.

Art. 14º Os membros da Comissão Organizadora Eleitoral designados na plenária do CMAS para a Assembleia de Votação não poderão votar.

Art. 15º A assembleia de votação será presidida pela presidente do CMAS, e terá uma Mesa Coordenadora, composta pela Comissão Eleitoral.

Art. 16º Caberá a Mesa Coordenadora registrar em ata, por meio eletrônico, com numeração contínua, os trabalhos efetuados e recolher a assinatura de todos os presentes.

Art. 17º O horário de votação será das 08h30 às 11h00 e o fechamento dos trabalhos iniciará após as 13h00. Os votos e todo o material do processo da assembleia serão arquivados por um prazo 02 (dois) anos.

Art. 18º Concluída a apuração dos votos e decididos eventuais recursos, o CMAS proclamará o resultado, providenciando a publicação dos nomes das entidades não governamentais votadas, com número de votos recebidos.

Art. 19º A nomeação dos membros não governamentais do CMAS será feita pelo Prefeito Municipal e publicada no diário oficial do município de Monte Carmelo por meio de portaria no dia 24/05/2019.

Art. 20º A posse dos Conselheiros eleitos, titulares e suplentes, para o biênio 2019/2021, dar-se-á até o dia 31 de maio de 2019.

Art. 21º Os Conselheiros de Assistência do CMAS representantes da sociedade civil, exercerão mandato pelo prazo de 02 (dois) anos, sendo vedada a recondução automática ou a prorrogação de mandato, conforme a Lei 1473/2018.

Art. 22º A Comissão de Trabalho Eleitoral definida em Plenária no dia 18 (dezoito) de Março de 2019, fica assim definida nos termos dessa resolução sendo todos os representantes da sociedade civil: 1- Nubia Moreira Rocha (Presidente); 2 - Ester Mundim Alves (Vice-Presidente), 3- Elaine Ferreira da Silva (Secretária).

Art. 23º. O cronograma do processo de eleição dos representantes da sociedade civil estão normatizados no anexo V, parte integrante desta resolução.

Art. 24º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Débora Muniz Quaiatto Machado
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Anexo da Resolução CMAS nº 03 22 de Abril de 2019.

ANEXO I

REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO

À Comissão Eleitoral,

Fundamentado nos dispositivos da Resolução CMAS nº 03 de 22 de Abril de 2019, venho pelo presente requerer **HABILITAÇÃO AO PROCESSO ELEITORAL DA SOCIEDADE CIVIL NO CMAS – GESTÃO 2019-2021.**

Nome da Entidade/organização: _____

Presidente: _____ CNPJ: _____
Endereço: _____
Telefone: () _____ FAX: () _____
Endereço Eletrônico: _____
Referência para contatos: (nome e qualificação) _____

Se Representante de usuários:
Nome completo: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Telefone: () _____ FAX: () _____
Endereço Eletrônico: _____
Referência para contatos: (nome e qualificação) _____

HABILITAÇÃO:

Condição: Candidata

Obs: Art. 5º

SEGMENTO: (CAMPO OBRIGATÓRIO. ESCOLHA APENAS UMA ALTERNATIVA).

() Representante de organização de usuários de Assistência

Social

() Representante de usuário de Assistência Social

() Entidade de Assistência Social

() Trabalhadores da Área de Assistência Social

Local _____, Data _____ de _____ de 2019.

Assinatura: _____ Função: _____

(assinatura do (a) Representante legal) (identificação e qualificação de quem assina o documento)

Anexo da Resolução CMAS nº 03 22 de Abril de 2019.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

(Segmento Entidades e Organização de Usuários)

DECLARO, para os devidos fins, que a;

_____,
com sede _____, Estado _____, portadora do CNPJ nº _____, está em pleno e regular funcionamento, desde (data de fundação) ____/____/____, cumprindo regularmente as suas finalidades estatutárias, sendo a sua Diretoria atual, com mandato de ____/____/____ à ____/____/____.
Constituída dos seguintes membros, de acordo com ata de eleição e posse:
Presidente: _____ Nº do RG: _____
Órgão expedidor: _____, CPF: _____
Endereço Residencial: _____

E-mail: _____

Vice-Presidente: _____
Nº do RG: _____, Órgão expedidor: _____, CPF: _____
Endereço Residencial: _____

E-mail: _____

Secretário (a) ou cargo equivalente (nome completo): _____

Nº do RG: _____, Órgão expedidor: _____, CPF: _____
Endereço Residencial: _____

E-mail: _____

DECLARO, em complemento, que a entidade ou organização acima identificada desenvolve suas atividades institucionais no município de Monte Carmelo, há no mínimo 6 (seis meses).

(Local) _____, (Data) ____ de _____, de 2019.

(assinatura do (a) Presidente da Entidade ou seu Representante legal)

(identificação de quem assina e qualificação)

Anexo da Resolução CMAS nº 03, de 22 Abril de 2019.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE EXISTÊNCIA E ATUAÇÃO

(Para Representante de Organização de Usuários)

DECLARO, para os devidos fins, que _____

com sede na Rua: _____, Nº _____ - Bairro: _____ Monte Carmelo, Minas Gerais, exerce suas atividades de assistência social cumprindo regularmente as suas finalidades, desde ____/____/____, sendo seus representantes legitimados, com fundamento nas definições da **Resolução CNAS nº 11, de 23 de setembro de 2015** e documentos constitutivos ou relatório de reunião, pelo período de mandato de ____/____/____ à ____/____/____, composto pelos seguintes membros:

Representante 1: (Presidente)

Nome completo: _____
Número do RG: _____, Órgão expedidor: _____, CPF: _____
Endereço Residencial: _____
Cargo/Função/Atividade: _____

Representante 2: (Vice- Presidente)

Nome completo: _____
Número do RG: _____, Órgão expedidor: _____, CPF: _____
Endereço Residencial: _____
Cargo/Função/Atividade: _____

Representante 3: (Secretário/a)

Nome completo: _____
Número do RG: _____, Órgão expedidor: _____, CPF: _____
Endereço Residencial: _____
Cargo/Função/Atividade: _____

Anexo da Resolução CMAS nº 03, de 22 de Abril de 2019.

DE ANEXO IV

FORMULÁRIO DESIGNAÇÃO

(Trabalhadores da Área de Assistência Social e Representantes de Usuários)

À Comissão Eleitoral,

Conforme disposto na Resolução CMAS nº 02, de 22 de Abril de 2019, venho designar o (a) senhor(a) _____, para representação desta entidade/organização/representante de usuários postulante à participação no processo eleitoral para a gestão 2019/2021, na condição de candidato(a), e indicar como seu suplente o(a) senhor(a) _____.

Representante Titular:

Nome completo: _____

Nº do RG: _____, Órgão expedidor: _____, CPF: _____.

Título de Eleitor: _____

Endereço Residencial: _____

Telefone: () _____; Email: _____

Representante Suplente:

Nome completo: _____

Nº do RG: _____, Órgão expedidor: _____, CPF: _____.

Título de Eleitor: _____

Endereço Residencial: _____

Telefone: () _____; Email: _____

Data: ____/____/____

Assinatura do representante legal

Assinatura da pessoa designada

Assinatura do representante legal

Anexo da Resolução CMAS nº 03, de 22 de Abril de 2019

ANEXO V

CRONOGRAMA DE ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NO CMAS DE MONTE CARMELO – GESTÃO 2019/2021

DATA	ATIVIDADES
24 e 25/04/2019	Prazo para apresentar pedido de habilitação, juntamente com a documentação, perante a Comissão Eleitoral para designar candidatas.
26/04/2019	Análise dos pedidos de habilitação.
29/04/2019	Publicação no Diário Oficial da decisão da Comissão Eleitoral, contendo relação de representantes ou organizações de usuários, das entidades de assistência social e dos trabalhadores Da área de Assistência Social habilitados e não habilitados.
02/05 e 03/05/2019	Prazo para ingressar com recurso junto à Comissão Eleitoral.
06/05/2019	Prazo para julgamento de recursos apresentados.
08/05/2019	Publicação no Diário Oficial de Ato de Homologação da relação de representantes ou organizações de usuários, das entidades de assistência social e dos trabalhadores da Área de Assistência Social, Candidatas ao pleito como candidatos, e os resultados do julgamento de recurso.
13/05/2019	Assembleia de Eleição.
15/05/2019	Publicação no Diário Oficial do resultado da eleição dos representantes da sociedade civil no CMAS.
17/05 e 20/05/2019	Prazo de Recurso
22/05/2019	Mesa Coordenadora da Assembleia de Eleição entregará à Presidência do CMAS a relação dos eleitos dos segmentos de representação da sociedade civil, juntamente com seus respectivos representantes eleitos, titulares e suplentes, para publicação no Diário Oficial.
24/05/2019	Prazo final para publicação da nomeação dos conselheiros por meio de Portaria Municipal.
31/05/2019	Prazo Final para posse dos Conselheiros (as) do CMAS para gestão 2019/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Secretaria Municipal de Fazenda
Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU
Av.: Olegário Maciel, nº 129 – Pº Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Nº 378/2019

DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A):			
NOME:	AMARILDO JACINTO FERREIRA		
ENDEREÇO:	RUA GUAICURUS, 201		
BAIRRO:	PLANALTO	MUNICÍPIO:	MONTE CARMELO
ESTADO:	MG		
TELEFONE:	E-MAIL:		
CNPJ/CPF:	074.988.596-37	QUADRA: N	LOTE: 9
INSCR./ESTAB.:	8258	ENDEREÇO DO IMÓVEL: RUA GUAICURUS, 201, BAIRRO PLANALTO	

HISTÓRICO
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias , os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(s) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL , com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/IMG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.
Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure a Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinado, no horário das 13:30hs às 17:00hs.

LOCAL E DATA
Monte Carmelo – Minas Gerais, 23 de abril de 2019.
IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso
Cargo: Especialista Tributário / 438.968